ISSN nº 2447-4266 Vol. 1, nº 1, Maio-Agosto. 2015

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2015v1n1p103

Lanterna Mágica: as Luzes no jornalismo de José Liberato (1813-1821)

Magic Lantern: the lights in journalism José Liberato (1813-1821)

Linterna Mágica: las luces de periodismo de José Liberato (1813-1821)

Luís Francisco Munaro[1,2]

RESUMO
O projeto iluminista subentende que a educação humana, escapando ao controle das autoridades eclesiásticas e políticas, tornaria o acesso ao pensamento racional irrestrito. Um dos instrumentos de divulgação da pedagogia iluminista foram os jornais, considerados uma epístola regular entre homens de letras que gradualmente vão sendo destinadas a parcelas mais amplas da população. Dentre os mais importantes representantes das Luzes em Portugal está o jornalista José Liberato, autor de dois jornais publicados em Londres entre 1813 e 1821. O autor compreendeu o seu papel de introduzir os portugueses na Era da Razão e, para tanto, imbuiu-se de uma pedagogia que respeitava tanto a religião quanto a monarquia. A proposta deste artigo é investigar os ideais letrados de Liberato, sua proposta pedagógica e, mais importante, como o seu exercício jornalístico construiu uma utopia voltada para pensar o futuro português.

Palavras-chave: História do jornalismo; Iluminismo; Utopia política; José Liberato; *O Investigador*.

[1] Professor adjunto do Curso de Comunicação Social da Universidade Federal de Roraima (UFRR). Graduado em História e em Jornalismo pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), mestre em Jornalismo pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: luismunaro@yahoo.com.br.

2 Endereço de contato do autor (por correio): Universidade Federal de Roraima - Curso de Comunicação Social – Jornalismo. Campus Paricarana: Av. Cap. Ene Garcez, nº 2413. Bairro: Aeroporto. Boa Vista / RR. Brasil. CEP: 69304-000.

ISSN nº 2447-4266 Vol. 1, nº 1, Maio-Agosto. 2015

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2015v1n1p103

ABSTRACT
The Enlightenment implies that human education, escaping the control of ecclesiastical and political authorities, would make possible unrestricted access to rational thought. One of the communication tools of the Enlightenment pedagogy were the newspapers, considered a regular letter among men of letters gradually being designed to broader segments of the population. Among the most important representatives of the Enlightenment in Portugal is the journalist José Liberato, author of two newspapers published in London between 1813 and 1821. The author understood their role to introduce the Portuguese in the Age of Reason and is imbued-in a pedagogy that respected both religion and the monarchy. The purpose of this article is to investigate the literate ideals of Liberato, his pedagogical proposal and, most importantly, how his journalistic exercise built a dedicated utopia to think the Portuguese future.

Keywords: History of journalism; Enlightenment; Political utopia; José Liberato; *O Investigador*.

RESUMEN
El proyecto de la Ilustración implica que la educación humana, escapando al control de las autoridades eclesiásticas y políticas, haría que el acceso al pensamiento racional sin restricciones. Una de las herramientas de comunicación de la pedagogía de la Ilustración fueron los periódicos, considerado una carta habitual entre los hombres de letras gradualmente siendo destinadas a segmentos más amplios de la población. Entre los representantes más importantes de la Ilustración en Portugal es el periodista José Liberato, autor de dos periódicos publicados en Londres entre 1813 y 1821. El autor entiende su papel en introducir los portugueses en la Edad de la Razón y, por tanto, está imbuido en una pedagogía que respete la religión y la monarquía. El propósito de este artículo es investigar los ideales literatos de Liberato, su propuesta pedagógica y, lo más importante, cómo su ejercicio periodístico construyó una utopía dedicado a pensar el futuro portugués.

Palabras-clave: Historia del periodismo; Ilustración; Utopía política; José Liberato; *O Investigador*.

Recebido em:11/08/2015. Aceito em: 24/08/2015. Publicado em: 30.09.2015.

ISSN nº 2447-4266 Vol. 1, nº 1, Maio-Agosto. 2015

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2015v1n1p103

Introdução

O século XVIII trouxe, com o projeto iluminista, uma série de propostas empíricas voltadas para a transformação da sociedade: o uso ativo da razão, a transparência e a divisão dos poderes políticos, a liberdade individual, a comunicação regular entre os homens de letras (jornalismo) e a instrumentalização da educação voltada para a superação da opressão social. Os pensadores iluministas criaram, assim, uma dualidade em que a razão, soberana, seria responsável pela eliminação dos resquícios do Antigo Regime, governado pela força da tradição e pela religiosidade.

A persistência da tradição acontecia, segundo estes pensadores, em virtude de uma forma inadequada de transmissão de saberes, escorados na força de hierarquias consideradas caquéticas. Ao mesmo tempo, a incomunicabilidade dos eruditos era responsável pelo estancamento do saber no gabinete dos monges ou das autoridades eclesiásticas. Daí a necessidade de comunicar, transmitir saberes e, assim, apresentar possibilidades de transformação social escoradas na aquisição contínua de novas descobertas e na superação dos preconceitos estabelecidos.

Nesse contexto, as sociabilidades dos homens de letras (cafés, lojas maçônicas, salões) apresentavam, como face pública, a dispersão de jornais, e conheceriam a sua preservação através da reforma do saber, voltado, agora, para a emancipação do homem da condição kantiana de *minoridade*. Essas transformações, guiadas pela política exercida de forma transparente, tornariam a felicidade assimilável por um conjunto maior de homens, todos igualmente imbuídos de ideais progressistas.

Evidentemente, a dispersão da filosofia iluminista encontrou uma série de barreiras no continente europeu, inclusive a da censura. Os governos absolutistas, principais alvos dos ataques dos *philosophes*, responderam de forma mais ou menos enérgica aos escritos incendiários. No caso da França, o

ISSN nº 2447-4266 Vol. 1, nº 1, Maio-Agosto. 2015

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2015v1n1p103

desfecho de uma guerra entre os escritos clandestinos, jornais literários e mesmo *mauvais propos* ou *nouvelles à la main* (DARNTON, 2005, pp. 51-2) e as autoridades públicas foi a interrupção conturbada do absolutismo com a consequente decapitação do rei Luís XVI. Na Inglaterra, a nobreza se viu forçada a buscar a inserção ativa no debate político, com, inclusive, a construção de periódicos ministeriais e partidários que se digladiaram em torno do monarca.

No Reino Português, a inserção das Luzes aconteceu de forma mitigada (NEVES, 2003). E isso não se deve, unicamente, pela existência de muita desconfiança política e de várias instâncias censórias, mas também pela resistência dos próprios homens de letras. É importante lembrar que, na virada do século XVIII para o XIX persistia em Portugal e Brasil a tradição *cadaverosa* do ensino jesuítico, quer dizer, avessa a inovações, desconfiada de procedimentos racionais e fortemente inclinada à preservação da religião. Nesse contexto, cresceram em importância os *estrangeirados*, um conjunto de indivíduos que, já no século XVIII, realizou os seus estudos no exterior e construiu uma vasta rede de correspondências que permitiu aos portugueses terem um contato mais amplo com o pensamento das Luzes.

Hipólito da Costa, um destes estrangeirados, acabou sofrendo ele mesmo a perseguição da Inquisição e precisou fugir de Portugal em 1805, rumo a Londres. Com a invasão das tropas napoleônicas na Península, em 1807, migraram para lá mais um conjunto de indivíduos de importância intelectual e política que tomaram a si a tarefa de, através do jornalismo, educar os portugueses e apresentar-lhes novas perspectivas de futuro, quer dizer, de utopia política. Julgavam eles, segundo a crença iluminista, que o uso gradativo da razão poderia construir um reino saudável, aproximar Brasil de Portugal e, ao mesmo tempo, na contramão do iluminismo francês, preservar o rei e a religião de sequelas mais graves.

ISSN nº 2447-4266 Vol. 1, nº 1, Maio-Agosto. 2015

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2015v1n1p103

As Luzes, nas palavras do editorial do primeiro número do *Correio Braziliense* de Hipólito da Costa, seriam capazes de tirar o indivíduo do "labirinto da apatia, da inépcia e do engano" (V. I, p. 1). Seu toque é o toque mágico da cura. O trio de jornalistas portugueses mais importantes em Londres (Hipólito da Costa, Rocha Loureiro e José Liberato), responsáveis pela formação e representação da elite política que construiu a Revolução Liberal do Porto e também o movimento de independência brasileiro, utilizou constantemente nos editoriais de seus jornais o simbolismo da luz para justificar seus projetos reformistas.

O objetivo deste artigo, nesse sentido, é analisar mais amplamente esta produção periódica e a proposta pedagógica nela contida. Isso por meio de, especificamente, um destes jornais, escrito por um cônego da ordem franciscana, José Liberato. Liberato permite perceber a resistência da ilustração portuguesa ao pensamento anticlerical francês e, ao mesmo tempo, a tentativa de adaptar a violência das Luzes ao tradicionalismo português. Quer dizer, mostra como o jornalismo, que assume a função de epístola regular entre os homens de letras e, ao mesmo tempo, começa a investir num público mais amplo de negociantes e políticos, adota uma tarefa de conciliação entre a Luz e a tradição portuguesa.

Para realizar essa tarefa, é necessário um trabalho de escavação dos conceitos e linguagem política utilizada pelo jornalista, que recicla algumas das utopias francesas voltadas para a construção da sociedade ideal, sobretudo aquela forjada pelo Abade Mercier, *L'an deux Mille quatre cent quarante*. Não são utopias agressivas ou transgressivas. Percebem a sociedade alterada debaixo do mesmo sistema político e religioso que vigia no século XVIII. O trabalho de escavação da linguagem política será complementado pela busca do conceito de utopia e construção do futuro no trabalho jornalístico de José Liberato, o que tornará possível perceber que estas formulações são

revista Observatório
ISSN nº 2447-4266 Vol. 1, nº 1, Maio-Agosto. 2015

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2015v1n1p103

conservadoras ao mesmo tempo em que liberais e visam mais o passado e a tradição do que o futuro incerto e inegociável. E, por fim, que a educação, segundo Liberato, só poderia ser guiada pelo jornalismo ou pelas Luzes através da presença mediadora da religião.

O jornalista José Liberato

Antes de prosseguir o artigo, cabem alguns esclarecimentos sobre José Liberato e sua produção jornalística. Liberato foi bibliotecário do Convento de São Vicente em Portugal e mantido prisioneiro pelas tropas francesas durante a invasão da Península por Napoleão Bonaparte. Quando conseguiu fugir de Portugal em 1813, assumiu a redação do jornal *O Investigador*, depois de contato prévio com o responsável pela edição deste mesmo jornal, Bernardo Abrantes e Castro. Ao chegar em Londres e deparar-se com as dificuldades de impressão e composição do jornal, Liberato reconheceu a ampla disponibilidade de negociantes em manifestar uma oposição escrita aos governadores de Portugal, considerados incapazes de inserir o reino no cenário de mudanças impulsionadas pelo pensamento iluminista. A eficácia do jornalismo emigrado, para Liberato, foi assegurada por um círculo fiel de subscritores que, ainda que limitado, mantinha-se vigorosamente ligado à liberdade de manifestação política e à necessidade de instruir e convencer os portugueses da necessidade de ingressar um novo mundo:

> A Nação portuguesa, no decurso destes últimos anos, tem sempre mostrado um grande desejo de ler e instruir-se em seus interesses e direitos; e a prova evidente é que ela com seus auxílios (coisa bem digna de notar-se) têm sustentado três jornais portugueses escritos na Inglaterra. Mas dois deles já foram proibidos em todos ou parte dos domínios portugueses [*O Português* e o *Correio Braziliense*], e o outro morreu assassinado por aqueles que mais o deviam defender [*O Investigador*] (*Campeão*, V. I, N. I, pp. 4-5, julho de 1819).

revista Observatório
ISSN nº 2447-4266 Vol. 1, nº 1, Maio-Agosto. 2015

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2015v1n1p103

José Liberato registra também suas impressões acerca do ofício de jornalista, responsável pela sua sobrevivência nos tortuosos anos em que chegou e começou a se adaptar a Londres. Seu ingresso na redação do jornal se debateu com as resistências iniciais de Vicente Nolasco e do *brasileiro Castro*, que compunham a redação juntamente com Abrantes e Castro. O ofício do redator começava, segundo Liberato, na organização da redação jornalística e na distribuição de funções adequadas, a maior parte delas concentradas nas mãos do próprio José Liberato.

A percepção política de José Liberato foi sendo construída conjuntamente com a de seus colegas e rivais jornalistas. Uma vez tendo se visto livre dos seus ajudantes, teve início no *Investigador* uma disputa aberta com os redatores do *Correio Braziliense*, Hipólito da Costa, e do *Português*, Rocha Loureiro, considerados, no caso do primeiro, venal, e no caso do segundo, preguiçoso e confuso. Liberato afirma não entender o ódio que Hipólito nutria contra diplomatas como D. Domingos e o Conde de Palmela, ao mesmo tempo em que se esquecia de que o próprio Liberato o tinha ajudado durante a sua fuga da prisão do Limoeiro em 1805. São jornalistas que mantém laços de muita proximidade social mas que, em virtude de afinidades políticas diferentes, vão ser levados a um feroz desacordo público. José Liberato define essa inimizade com Hipólito da Costa e também com Rocha Loureiro:

> É verdade que nessa luta me achava só, porque os dois colegas jornalistas, que estavam em Londres, não me ajudavam; um, como João Bernardo da Rocha, editor do Portuguez, nem tinha a inteligência suficiente para conhecer a situação atual, bem que homem politicamente honesto, nem era eficaz em seus trabalhos, por muito descuidado e preguiçoso; e o outro, Hipólito, editor do Correio Braziliense, não tinha probidade alguma política, e indiferentemente vendia a sua pena a quem melhor lhe pagava (LIBERATO, 1855: 194).

No que concerne à definição da linha editorial do jornal *O Investigador,* uma vez tendo acabado a guerra de Napoleão, começa a se identificar com a

ISSN nº 2447-4266 Vol. 1, nº 1, Maio-Agosto. 2015

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2015v1n1p103

ideia de orfandade dos povos portugueses e atacar políticos que estariam encobrindo as vistas do rei. Um dos políticos que começa a encarnar o despotismo político nas páginas do *Investigador* é o ministro português Thomás Antonio Vila-Nova Portugal, cujo poder aumentou exponencialmente com a fuga da Corte para o Brasil. José Liberato começa a desconfiar dos propósitos do ministro e acaba por torná-lo sinônimo de corrupção política. De fato, Liberato atribui a si o pioneirismo de ter denunciado a condição de abandono em que o Brasil pretendia deixar Portugal, a partir do que ouviu de seu amigo José Ferreira Pinto, que esteve em Buenos Aires como encarregado português:

> Pelo Documento que deixamos copiado podem ver nossos leitores quanto o *Amigo do Rei e do Povo*, logo desde seu princípio, desagradou aos *Villas-Novas*, *Targinis* e *Companhia*. E é bem natural que assim fosse, porque um Escrito, em que pretendemos defender nosso Rei e nossos Compatriotas, não podia ser bem visto dos Fabricadores de Leis de Leza-Magestade, das Harpias que devoram a fazenda pública ou *seus consentidores* (*O Campeão*, V. II, abril de 1820, p. 248, grifos do autor).

Um dos beneficiários e responsáveis por esse abandono seria, portanto, Thomás Antonio Vila-Nova, a quem Liberato fez oposição aberta no jornal *O Campeão*, fundado em 1819. As dificuldades de continuar com a publicação do *Investigador* pareciam assim evidentes. Desiludido com a árdua tarefa de levar adiante a empreitada pelas pressões sofridas em virtude do financiamento proveniente da Embaixada, Liberato decidiu abdicar da publicação, logo depois de receber um ultimato de Thomás Antonio Vila-Nova (LIBERATO, 1855: 167-8).

A partir daí, e pelo círculo a que Liberato estava ligado, surgiram outras tentativas da embaixada portuguesa para financiá-lo num novo empreendimento, inclusive envolvendo reuniões e eventos particulares com D. Domingos e o Conde de Palmela. Este não ficou necessariamente contente com o teor das discussões no *Investigador* e, chamando-o "gazeta ministerial",

ISSN nº 2447-4266 Vol. 1, nº 1, Maio-Agosto. 2015

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2015v1n1p103

sugeriu a Liberato submeter o conteúdo da publicação ao seu gabinete. A essa tentativa de *censura prévia* Liberato respondeu energicamente:

> A ideia de V. Exa. seria muito boa, se o governo desse uma soma suficiente para tornar os redatores independentes do público; mas querer que eles dependam, como até agora, dos subscritores, e entrem apesar disso a escrever em um sentido em tudo oposto às opiniões deles, e só conforme com as do governo, é exigência, certamente, impossível. Não se pode ao mesmo tempo servir a dois senhores, e com especialidade quando eles têm opiniões tão diversas (LIBERATO, 1855: 159).

Esta passagem ilustra a *sinuca de bico* em que se encontravam os jornalistas, isto é, a luta por fontes de financiamento ligadas à monarquia ou aos setores mais empreendedores da sociedade luso-brasileira. Liberato não voltou a pegar a pena senão à custa do negociante Custódio Pereira de Carvalho (LIBERATO, 1855: 170-171). A justificativa dada por Liberato para negar o pedido feito pessoalmente por Palmela é que não se prestava mais a defender um governo no qual não acreditava, predisposto como estava a tornar Portugal escravo do Brasil.

Ao fundar *O Campeão*, em 1819, com o auxílio do ex-agente do Banco do Brasil Custódio Pereira, Liberato trouxe a experiência política do *Investigador* e também cautela na hora de avaliar determinadas situações de transição e dificuldade política. Referindo-se em suas memórias aos seus colegas jornalistas, Liberato criticou sua falta de discernimento político nesses momentos:

> Nenhum deles advogava os interesses de Portugal; porque o primeiro só tinha por missão o servir o Brasil à custa da mãe pátria; e o segundo, bem que dissesse, e escrevesse coisas a bem do seu país, não tinha plano nem sistema naquilo que escrevia; tudo se reduzia a ideias gerais, e não descia aos verdadeiros pontos em que estava a questão, nem a encarava como ela o devia ser, para que os seus discursos pudessem dar fruto (LIBERATO, 1855: 170-171).

ISSN nº 2447-4266 Vol. 1, nº 1, Maio-Agosto. 2015

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2015v1n1p103

Mesmo assim, José Liberato continuou frequentador do círculo mais íntimo da diplomacia lusitana em Londres, ao mesmo tempo em que teve como melhores amigos, segundo argumenta, negociantes portugueses lá radicados, caso de Antônio Machado Braga e seu financiador Custódio Pereira.

Seu antagonista continuou sendo Vila-Nova, agora tornado sinônimo da estadia perpétua da Corte no Brasil. Ele encarnaria uma situação específica de despotismo ministerial, mantendo fechados os olhos do rei para a necessidade de voltar para Portugal e salvar o reino. Em uma longa carta dirigida contra o ministro, ao mesmo tempo em que se compara a um pigmeu lutando contra os abusos de um gigante, Liberato coloca-se em favor da causa portuguesa. O ataque de Liberato não é apenas contra um cortesão, é contra a ideia de uma espoliação que vem do Brasil e precisa, para ser visualizada mais diretamente pelo seu leitor, encarnar indivíduos específicos. Dessa forma Liberato se dirige a Vila-Nova, lembrando os seus próprios favores sempre prestados a Portugal na condição de jornalista:

> Sim, desde o momento em que V.E. declarou guerra de morte ao *Investigador* por ele *haver advogado a causa de Portugal*, declarou-se logo por *Campeão* dos inimigos da sua pátria; e por consequência devia ser coerente em renovar outra espécie de guerra contra o *Campeão* e defensor da causa do Rei e do Povo: em uma palavra, o *Campeão* contra Portugal não podia ser amigo do *Campeão* a favor de Portugal! (*O Campeão*, Vol II, 16 de abril de 1820, p. 269).

Deputado pelas Cortes ordinárias do reino em 1823, Liberato penderá entre a vida de político e jornalista, voltando a escrever seu *Campeão* em Portugal. Uma vez investigados esses elementos de sua escrita jornalística, é possível aprofundar a sua percepção do iluminismo e escavar mais profundamente a pedagogia do seu jornal, podendo-se vê-lo não apenas como um herdeiro das Luzes, mas como um defensor da tradição portuguesa.

José Liberato e as Luzes míticas

ISSN nº 2447-4266 Vol. 1, nº 1, Maio-Agosto. 2015

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2015v1n1p103

Tanto quanto os outros jornalistas portugueses em Londres, como Hipólito da Costa, Joaquim Ferreira de Freitas, Francisco Alpoim e Menezes e João Bernardo da Rocha Loureiro, Liberato alimenta um projeto pedagógico e instrutivo voltado para elites que estão ensaiando suas habilidades políticas num mundo em transformação. Tanto quanto os outros, considera-se um "homem de talentos", um sujeito que, beneficiado pelo ensino adequado que recebeu, pode ajudar os outros indivíduos a fazer o uso sistemático da razão. Ao mesmo tempo, cumpre papel fundamental na mundivisão de Liberato a formação religiosa. Quer dizer, sua razão, que representava, por si só, algo agressivo à autoridade absolutista, era atravessada pela cautela da tradição. Cabe lembrar que o autor:

> fora cônego regrante de Santo Agostinho, e a sua formação acadêmica decorrera nos colégios e conventos daquela ordem. Como crente assumido, enquadrava-se na corrente que se começara a esboçar nos séculos XVII e XVIII, mas que tomara novas qualidades, sobretudo a partir da Revolução Francesa, e nesse sentido, defendia que o cristão deveria ser também um cidadão interveniente, e que a religião como independente dos governos, regimes políticos e até da Cúria Romana, era, em primeiro lugar, uma convicção pessoal. A existência, isto é, o homem na relação consigo próprio e com os outros implicava a possibilidade, pela via da liberdade de escolha, quer do aperfeiçoamento moral do indivíduo, quer do consequente contributo para o bem geral. Por outras palavras, partindo da diversidade humana necessária, havia um caminho de liberdade, cujo horizonte era o plano da harmonia do todo (MACHADO, 2011: 136).

Orientado por essa visão de mundo clerical que tinha na religião a revelação da consciência, Liberato se fez um propagandista do uso da virtude cristã na convivência social. De forma mais nítida, isso pode ser observado em sua isenção com relação à troca de insultos impressos que caracterizaram os acalorados momentos entre *O Português*, o *Correio Braziliense* e *O Investigador*. Enquanto os jornalistas, como é de praxe nesse momento (basta ver os insultos impressos narrados por LUSTOSA, 2000) ofendiam-se uns aos outros, Liberato argumentava não ser essa a função do "homem de talento".

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2015v1n1p103

Para o autor, a religião animava o homem a construir o edifício social e, ao mesmo tempo, a construir a si mesmo enquanto indivíduo moral. Seguir a via de Cristo implicaria, para o autor do *Campeão*, no trabalho social do esclarecimento e, também, no caminho individual da salvação. Como explica Adelaide Machado:

> A descoberta deste sentimento interior, experienciado enquanto caminho de aperfeiçoamento, dotava o cristão de uma capacidade crítica e permitia a autonomia face aos poderes religiosos instituídos, quer pela via do clero, quer pela via da imposição do estado. Equacionada desta forma, como convicção pessoal, isto é, como critério de verdade, a fé cristã era portadora de duas importantes consequências: a condenação e exclusão do uso da força como forma de impor crença ou religião, e o reconhecimento de que o inatismo da consciência e razão individuais, comuns a todos os homens na sua ligação a Deus, permitia não só uma partilha ou afirmação geral natural, mas a possibilidade de um ensinamento, baseado na ação exemplar como obra de edificação (MACHADO, 2011: 141).

A consciência humana seria assim inalienável, sagrada, e sua autoridade recairia exclusivamente nos domínios de Deus (*O Investigador Português*, V. XVII, p. 500). Segundo a mesma autora, Liberato guardava a influência da *Ucronia* de Mercier, obra que Robert Darnton situa como um dos principais escritos clandestinos na França do século XVIII, sem deixar de ser uma obra moralista (DARNTON, 1991: 188). Esta *ucronia* teria lugar no século XXV, depois que a sociedade francesa superou as misérias e injustiças do Antigo Regime (REIS, 2004, p. 6). A ordem política prevista por Mercier ainda não era republicana. Pelo contrário, a Paris ideal seria governada de forma perfeita por um "monarca constitucional", o que torna ainda mais atrativo compará-la com a sociedade contratual de Liberato. Esta sociedade é marcada pela equidade de pensamento, já que o estágio intelectual mais elevado foi alcançado, quer dizer, uma consciência social prática ao mesmo tempo embutida de cristianismo: não há mais verdades a descobrir. O texto de Mercier, pelo seu conteúdo prático, era considerado por Liberato um dos textos premonitórios das mudanças que

revista Observatório
ISSN nº 2447-4266 Vol. 1, nº 1, Maio-Agosto. 2015

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2015v1n1p103

estavam por vir na Europa e, particularmente, em Portugal. E estas mudanças recaíam de forma clara sobre o plano religioso, ordenador, segundo o clérigo, de toda a vida social:

> Mercier desenvolvia, a partir da reafirmação da importância do papel da consciência e da diversidade como ponto de chegada religioso e político, que se refletia numa moral natural e purificadora, ao serviço de todo o ato social. O século XXV lograra alcançar na prática, e de forma pacífica, toda a agenda crítica dos séculos precedentes. A obra refletia de forma antológica todos esses anseios: o clero reformado, o fim das ordens religiosas, da infalibilidade do papa, agora apenas considerado bispo de Roma, e sobretudo o fim do fanatismo religioso substituído por uma prática tolerante (MACHADO, 2011: 141-2).

A hipótese de Adelaide Machado é tentadora: a leitura da *Ucronia* de Mercier é simples, para não dizer mesmo simplória. O autor transporta seu protagonista para um futuro próspero, futuro que, ao invés dos traços fortemente críticos de um Jonathan Swift, é visto mesmo sem rupturas políticas substantivas. Mercier observa a "vanidade nos prazeres urbanos", "desproporção de fortunas" e a "necessidade de um governo para o bem geral", ficando implícita a figura do bom príncipe. O populacho, entregue às paixões, precisava dessa figura capaz de conduzir adequadamente a vida política (MERCIER, 1773, p. 10-2).

A simetria perfeita das ruas e bairros serve como metáfora para a organização da própria política e da consciência humana (Ibid. p. 16). Também o ambiente doméstico Liberato não deixa de ver de forma cristã: as mulheres possuiriam funções fixas ligadas ao cuidado dos filhos. Trata-se da persistência do próprio Rousseau na escrita de Mercier. Talvez justamente essa vontade resoluta de oferecer uma utopia pouco afastada dos limites da tradição é que tenha tornado Mercier atrativo para Liberato: não é um texto transgressivo. Em outras palavras, sua utopia, tanto quanto a dos outros escritores portugueses nesse momento, tem mais tradição do que futuro!

revista Observatório

ISSN nº 2447-4266 Vol. 1, nº 1, Maio-Agosto. 2015

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2015v1n1p103

Para persistir numa ideia que será bem utilizada pelos republicanos na América Latina, os homens de posses são os cidadãos mais estimados, já que têm mais a perder em caso de alguma revolução. Evidentemente, a partir de XXV, todos eles teriam posses semelhantes (Ibid. p. 30). A ideia de um soberano caminhando a pé entre os homens é, contudo, um pouco menos familiar para os ouvidos portugueses e teria ofendido o monarquista Hipólito da Costa. O monarca sabe de suas limitações inatas: ele não guarda poderes sagrados e sua história depende também do povo. Ele é visto mais como o primeiro cidadão, na visão cara a Rocha Loureiro, do que como governante divino. Como argumenta Mercier:

> O Monarca sempre convida para frequentar sua corte os homens cultos do povo. Ele conversa com eles para aprender, porque sabe que sua própria sabedoria não é inata. Baseia-se nas lições destes homens que tiveram algum grande objeto como propósito de suas meditações (Ibid, p. 32).[3]

Ao contrário do que acontece na República, na cidade ideal de Mercier o rei é superior aos seus governados, ainda que conheça as suas limitações e busque constantemente o aprimoramento intelectual através da troca de conhecimentos.

A consciência do rei com relação à importância da instrução que, ao invés de adquirida de forma inata só pode ser alcançada através do trânsito contínuo entre os vários "talentos nacionais", leva o soberano a perceber também a importância da liberdade de pensamento. Ora, sabe-se do envolvimento de Liberato com a ideia da liberdade de consciência, implícita na sua adesão à causa maçônica e também na sua luta contra a intolerância nítida nos seus vários combates contra o absolutista D. José Agostinho de Macedo. Antes disso, o autor já denunciava a Inquisição por ser uma instituição perversa

[3] No original: "Le Monarque ne manque point d' inviter à sa cour cet homme cher au peuple. Il converse avec lui pour s'instruire; car il ne pense pas que l'esprit de sagesse soit inné en lui. Il met à profit les leçons lumineuses de celui qui a pris quelque grand objet pour but principal de ses méditations."

ISSN nº 2447-4266 Vol. 1, nº 1, Maio-Agosto. 2015

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2015v1n1p103

e contrária às *Luzes do século*. Para Liberato, o esforço religioso da virtude não se separa em nenhum momento da missão intelectual de levar as Luzes aos *recônditos sombrios da sociedade*. Tal como o monge que oferece o seu pão ao faminto, o intelectual teria por obrigação dividir o conhecimento com seus semelhantes, quer dizer, com os membros de sua pátria e mesmo com o rei. A crítica da intolerância começa assim na crítica à Inquisição, à religião formalizada como prática organizada, quer dizer, a religião como dádiva do Estado, já que ela estaria acima da vida civil:

> A Inquisição foi um monstro em política e em religião... As bases da Inquisição foram pois a intolerância, e para acabar com aquela é preciso aniquilar esta. Enquanto se não admitir como princípio cristão político e filosófico, que a tolerância das opiniões humanas é não só uma virtude, mas uma lei absolutamente necessária no estado social, as inquisições existirão sempre de direito, e de fato, porque *concedendo-se a um inquisidor a prerrogativa de circunscrever os limites do entendimento humano*, com ela também se lhe concederá a outra imediata – de punir e queimar os indivíduos que ousarem trespassar esses limites (*O Investigador Português*, V. XV, p. 329, grifos nossos).

Estaria assim claro que a falta de entendimento leva a religião a cometer os erros em que estava submersa a Inquisição. A imagem claramente pedagógica da Luz assume uma função central em seus escritos jornalísticos. Mais do que em Loureiro e Hipólito da Costa, também dois apóstolos das Luzes, Liberato usa essa figura de linguagem para denunciar as trevas em que a sua própria religião está metida e salvá-la da laicização. Avançando na argumentação, as Luzes passam a incidir sobre todo o espaço social, ainda que tendo como ponto de partida as atrocidades cometidas pela falta de esclarecimento e tolerância religiosa. Depois da religião, o segundo *espaço* sobre o qual incide a Luz é certamente o político. A nação portuguesa era metida no obscurantismo pela censura, resultado do medo político relativo à alteração do *status quo*.

revista Observatório
ISSN nº 2447-4266 Vol. 1, nº 1, Maio-Agosto. 2015

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2015v1n1p103

> Há também políticos que consideram as *luzes* de uma nação como obstáculos invencíveis para ela ser bem governada. É verdade que as *luzes* não consentem que os governos sejam arbitrários; porém a arte de bem governar consiste por ventura em que poucos governem os muitos arbitrariamente, e sem lei, e sem responsabilidade? Eis aqui outro erro político que convém reformar. As muitas *luzes* não são perigosas senão para os que pretendem ter infalibilidade política, e desejam estabelecer em princípio, que os homens não são entes livres, e dotados de razão, mas que devem sujeitá-la a uma autoridade em matérias políticas como a sujeitam em matérias religiosas. Porém estas pretensões são eminentemente absurdas; são uma ofensa direta que se faz ao entendimento humano; e são tão difíceis de realizar como de extinguir nos homens a faculdade de pensar (*O Investigador Português*, V. XVI, p. 487, grifos nossos).

Como lembrava Mercier, o próprio rei é humilde o suficiente para reconhecer que não sabe tudo e, portanto, não pode saber o que deve ou não ser lido. O uso que Liberato faz da expressão Luzes faz com que apareça ligada, ou pareça estar ligada, mais à observância da virtude propriamente dita do que àquela *razão* propagandeada pelos *philosophes*. Sem dúvida, há aqui uma apropriação bem particular da expressão. As Luzes aparecem como uma instância superior vinculada à desobstrução da consciência. Aquela mesma consciência que conhecia em Deus sua única autoridade. Destarte, deve haver a suposição de que a gestão das Luzes possui alguma sombra divinatória e que pensar é um dom de Deus. O curioso a ser refletido é que, uma vez deslocando a gerência de Deus para a consciência individual e retirando-Lhe do espaço político, Liberato oferece rudimentos para a montagem de uma esfera pública em Portugal sem abandonar o pressuposto teológico. Podemos arriscar dizer que o espaço utópico de Liberato está nestas Luzes que, como na *Ucronia* de Mercier, levariam a nação para um progresso inevitável. Não existiria assim nenhuma outra fórmula para se garantir a equidade e riqueza dos povos portugueses do que desobstruindo as Luzes. A questão é mais claramente enunciada quando Liberato se refere à ação iluminadora dos jornais:

ISSN nº 2447-4266 Vol. 1, nº 1, Maio-Agosto. 2015

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2015v1n1p103

> Os prodígios e as maravilhas políticas do tempo em que vivemos são tantas, e tão rapidamente variáveis, que as Gazetas e os Jornais têm-se convertido numa espécie de *lanterna mágica*, que de dia em dia ou de mês em mês vão apresentando ao público uma portentosa série de sucessos, que a providência humana apenas podia ter imaginado, mas que nunca teria podido conceber como existentes num só ponto do globo, numa só época de tempo (*O Investigador Português*, V.XIII, p. 222).

Ora, *lanterna mágica* é uma expressão mais do que adequada para explicitar o fetiche de Liberato pelas Luzes. É pela via dessa lanterna que se construirá o reino futuro dos portugueses. A ausência da resoluta difusão dos conhecimentos adquiridos por meio da razão resulta em ausência de

> patriotismo, porque não há confiança recíproca nem entre cada um dos indivíduos da nação, nem nas pessoas que a governam; desaparece a indústria, e todo o desenvolvimento das faculdades intelectuais, porque cada um esconde as suas ideias como esconde o seu dinheiro; e uma nação assim constituída marcha rapidamente para a tenebrosa ignorância, de que não pode resultar senão fraqueza, *cegueira miserável*, aniquilamento do espírito público e perda geral da dignidade política (*O Investigador Português*, V. X, pp. 331-2, grifos nossos).

Por outro lado, espíritos esclarecidos são capazes das maiores façanhas, quando, por exemplo, os aliados destronaram Napoleão pela plena convicção na liberdade humana (*O Investigador Português*, V. VIII, p. 739). Unindo-se a Hipólito da Costa, Liberato justifica sua opção pelo "bem maior deste mundo", a liberdade de consciência, que é a abertura para a construção da utopia portuguesa. Subjacente a essa escolha, a razão não se desliga do conhecimento histórico e, se não possui valores matemáticos, "estriba-se nos poderosos axiomas do sentimento geral". Lembrando que a matemática, de Pitágoras a Pascal, revelaria a partir da simplicidade das fórmulas a complexidade do Universo:

> Pelo nosso modo de ver, fundado na razão humana, e não pelas combinações misteriosas de uma ciência tão intrincada, e obscura, como a política; é que nós temos pesado os acontecimentos, e calculado os seus resultados. A história, e organização do homem é

revista Observatório
ISSN nº 2447-4266 Vol. 1, nº 1, Maio-Agosto. 2015

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2015v1n1p103

> quem nos fornece os materiais, para os nossos raciocínios; e se eles não têm caráter de uma evidência matemática, estribam-se pelo menos nos poderosos axiomas do sentimento geral, que tem para nós muito peso, e de certo mais importância que muitas demonstrações da filosofia (*O Investigador Português*, V.VIII, p.736, grifos nossos).

No raciocínio de Liberato, a racionalidade é estribada pela história ao mesmo tempo em que se imanta a ela, guiando os povos pelos incontornáveis caminhos do futuro. Essa forma de utopia que mescla história e razão é um produto do século XIX, ainda em vias de aperfeiçoamento na retórica pseudoliberal dos portugueses. Tornada a história objeto de proselitismo ideológico, ela abandona a utopia e se quer invariante matemática. A rapidez com que a utopia se torna ideologia acena aqui mesmo para a imprecisão de discernir uma da outra. Nesse sentido, a utopia portuguesa, na medida em que voltada para o passado, representa também a ideologia de um grupo de negociantes que ainda não se tornou plenamente liberal.

Considerações finais

As utopias formuladas sempre almejam a condição de realização futura. Sua construção traz em seu bojo o devir sonhado, e sua efetivação sugere um caminho perfeitamente visível: uma ponte entre o presente e o futuro. Essa perfeição diz respeito à última descoberta do ser humano nele mesmo: a razão enquanto aspecto humano fundamental, quer dizer, enquanto aquilo que dá ao homem o estatuto de humano, uma vez que lhe permite divisar sua própria existência. A razão do ser humano estaria assim contida na História e guiaria a determinados resultados infalíveis e impossíveis de subverter.

O caráter de transição a que assiste a sociedade portuguesa permite ver como a utopia reflete ela mesma as inquietudes de um reino em período de transição política. Tanto quanto em seu caminho de efetivação os periódicos portugueses recorreram a expedientes míticos e sonhados, seja um contrato em que suas partes se encaixavam com perfeição, um rei investido de poderes

revista Observatório
ISSN nº 2447-4266 Vol. 1, nº 1, Maio-Agosto. 2015

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2015v1n1p103

divinos, ou uma razão proveniente ela mesma de Deus, o teatro que buscou demonstrar publicamente a efetivação deste estado de coisas aconteceu num ambiente de sonho, em que se misturaram símbolos liberais com a glória passada de Portugal. A razão foi, nesse sentido, considerada a substância que permite ao homem entrever a cidade idealmente construída na Terra. Ela está inexoravelmente ligada, na mentalidade portuguesa, ao passado glorioso. Assim como está ligada ao catolicismo, à ideia de salvação individual e à mediação de Deus. A perfeição de Portugal estaria intrínseca na história e na racionalidade portuguesas. Teria sido essa perfeição que permitiu aos portugueses os maiores feitos ultramarinos. Assim, a unidade mítica portuguesa está na inocência das origens e contém um nítido apelo ao passado.

A tarefa do jornalista José Liberato e de seus pares, nesse sentido, é traduzir as Luzes e sua agressividade inerente, seu potencial transgressor e politicamente revolucionário, numa linguagem adequada a um reino conservador. Isso é feito sem que o jornalista precise abandonar a religiosidade e a crença no potencial salvador do rei. Dessa forma Liberato, em seus dois jornais *O Campeão* e *O Investigador*, conseguiu criar uma proposta pedagógica de educação das elites do reino sem abdicar daquilo que chama de tradição portuguesa.

O motor dessa transformação, responsável pela educação das elites, é a razão da qual o próprio jornalismo militante se tornava um instrumento. Pois não se pode negar que o jornalismo, nesse momento histórico, atuou como um importante veículo de dispersão do pensamento das Luzes. Contudo, como vimos, Liberato está suficientemente preso às convenções e tradições portuguesas para mitificar a razão tornando-a um componente do sentimento religioso. Sua racionalidade não se faz ruptura. Não é uma razão à francesa. Ela mira mais o passado que o futuro, transformando-se numa garantia contra a subversão violenta da ordem estabelecida.

revista Observatório
ISSN nº 2447-4266 Vol. 1, nº 1, Maio-Agosto. 2015

DOI: http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2015v1n1p103

Referências

Correio Braziliense ou Armazém Literário. Hipólito José da Costa. Londres: W. Lewis.1808-1822.

DARNTON, Robert. **Os dentes falsos de George Washington**: um guia não convencional para o século XVIII. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

LUSTOSA, Isabel. Insultos impressos. **A guerra dos jornalistas na Independência (1821-1823)**. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

MACHADO, Adelaide Maria Muralha Vieira. **A Importância de se chamar português:** José Liberato Freire de Carvalho na direção do Investigador Português em Inglaterra, 1814-1819.Tese de Doutorado apresentada ao Centro de História da Cultura em Portugal. Abril de 2011.

MERCIER, Louis-Sebastien. **L'an deux Mille quatre cent quarante, revê s'il en fût jamais.** Paris, 1773. Disponível em: https://play.google.com/books/ Acesso em Maio/2015.

NEVES, Lúcia Maria Bastos. **Corcundas e Constitucionais**. A cultura política na independência (1820 – 1822). Rio de Janeiro: Revan, 2003.

O Campeão, José Liberato Freire de Carvalho, Londres, 1819-1821.

O Investigador Portuguez em Inglaterra ou Jornal Literário, Politico, etc. Bernardo José de Abrantes e Castro, Vicente Pedro Nolasco da Cunha, Miguel Caetano de Castro e José Liberato Freire de Carvalho. Londres, 1811-1819.

REIS, José Eduardo. "A literatura e a ideia do mundo ideal: relatório de um programa para a disciplina de Literatura Comparada", **E-topia:** Revista Electrónica de Estudos sobre a Utopia, n.º 1, 2004. Disponível em http://ler.letras.up.pt/
uploads/ficheiros/artigo10461.PDF Acesso em Maio/2015.

Acesse esse e outros artigos da **Revista Observatório** em: